



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

17/12/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

PEC dos Precatórios pode dar a Bolsonaro até R\$ 35,5 bi para elevar gasto em ano eleitoral
A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos Precatórios pode dar ao presidente Jair Bolsonaro (PL) um espaço extra de até R\$ 35,5 bilhões para gastar em ano eleitoral, estima a IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado Federal.

A proposta, cuja parte final foi promulgada nesta quinta-feira (16) pelo Congresso Nacional, deve abrir uma folga total de R\$ 117,9 bilhões, nas contas do órgão.

Boa parte desse valor será destinada à ampliação do programa social, agora chamado de Auxílio Brasil, e à correção de benefícios previdenciários e assistenciais devido à inflação mais elevada.

O valor restante, calculado em R\$ 35,5 bilhões, poderá ser direcionado a outras despesas primárias do governo federal, segundo a IFI.

O Congresso carimbou a folga extra para uso em gastos obrigatórios ou vinculados à área social e à prorrogação da desoneração da folha de pagamento das empresas.

A medida, porém, não garante que o dinheiro seja usado exclusivamente para essas áreas, alertou o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto.

"A vinculação foi uma iniciativa positiva do Senado, até porque gerou um debate maior, mas é muito difícil colocar carimbos no dinheiro público [pelo lado da despesa]. A vinculação da receita seria até mais efetiva", disse.

O diretor da IFI Daniel Couri explicou que, da forma como o texto foi escrito, o espaço ficou vinculado a despesas que já existem, não ao crescimento desses gastos. Por essa interpretação, a simples aprovação do Orçamento é suficiente para atender ao comando constitucional.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 17 de dezembro.

BC corta pela metade projeção para PIB de 2022 e agora espera alta de 1%

O Banco Central revisou para baixo sua projeção para o PIB (Produto Interno Bruto) de 2022 nesta quinta-feira (16). De acordo com o relatório trimestral de inflação, a autoridade monetária espera que a atividade cresça 1% no período.

No documento anterior, de setembro, a previsão era de elevação de 2,1%.

A estimativa do BC está acima das projeções do mercado. Nos últimos meses economistas têm reduzido as expectativas para o desempenho da economia no próximo ano.

Com a deterioração do cenário econômico e aumento do risco fiscal, instituições financeiras e casas de análise esperam alta de 0,5% no PIB de 2022, segundo o relatório Focus desta semana. Há um mês a expectativa era de 0,93%.

O BC justificou que surpresas negativas em dados recentes sugerem desaceleração da atividade no próximo ano. Além disso, a autarquia atribuiu à piora da projeção o aumento da inflação e o do risco fiscal.

Para este ano, o BC espera crescimento de 4,4%, abaixo dos 4,7% projetados no documento de setembro.

"Corroborando a evolução menos favorável da atividade, os indicadores de confiança de empresários e consumidores, particularmente relevantes para entender a atividade ao longo do trimestre corrente, recuaram nos últimos meses. Dessa forma, o resultado abaixo do esperado no terceiro trimestre e a piora nos prognósticos para o quarto reduzem a projeção de crescimento para 2021 e o carregamento estatístico para 2022", afirmou o BC.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 17 de dezembro.

Preço alto e renda baixa fazem brasileiro consumir 8,6 quilos a menos de carne no

O brasileiro deixou de consumir 8,6 quilos de carne per capita neste ano, em relação ao anterior, considerando o consumo de carnes bovina, suína e de frango.

Além disso, houve uma substituição de proteínas mais caras para produtos mais em conta. Essa queda no consumo é resultado de um ano difícil tanto para a indústria de proteína como para os consumidores.

Do lado da indústria, os custos de produção foram bem mais altos neste ano. Quebra na safra de milho, exportações elevadas de grãos, principalmente de soja, energia mais cara e pressão do dólar nos insumos importados –o resultado foi uma elevação dos preços das proteínas.

Do lado do consumidor, o desemprego, a alta dos alimentos, a volta da inflação em geral e a falta de renda retiraram o poder de compra e afastaram muitos das proteínas.

Conforme dados desta quinta-feira (16) da Scot Consultoria, o consumo de carne bovina, perto de 35 quilos per capita nos anos anteriores, caiu para 25 kg neste, uma redução de 29%.

Boa parte da queda do consumo de carne bovina se deve ao preço. A oferta de gado foi menor, os abates caíram e as exportações, apesar da interrupção da China, se mantiveram aquecidas. O resultado foi uma elevação dos preços no varejo.

Considerando os dados da ABPA e da Scot Consultoria para essas três carnes, o consumo médio por brasileiro para este ano está estimado em 87,8 quilos, 8,9% abaixo dos 96,4 kg do ano anterior.

Alcides Torres, da Scot, destaca que, mesmo no período em que a China esteve fora do mercado brasileiro, o varejo não registrou queda da carne bovina.

Os frigoríficos estão em uma sinuca de bico, diz Torres. Já o varejo, que não conseguiu repassar preços na alta do boi, manteve os valores da proteína elevados no período de queda no preço da arroba, a fim de recompor margens.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 17 de dezembro.

Desemprego continua elevado mesmo com custo menor do trabalho

Em 2014, o custo do trabalho no Brasil equivalia a 36% do pago pelos patrões nos EUA. Com a “deforma trabalhista de Temer”, tuíta o economista e professor de Economia Marcio Pochmann, o custo caiu para 24%, em 2019, “sem elevar o nível de emprego assalariado formal, que atualmente responde somente por 1/3 do total da ocupação nacional no setor privado”.

Mas, determina a Lei de Murphy, não há nada tão ruim que não possa piorar. “Enquanto a deforma trabalhista de Temer buscou legalizar a informalidade, a proposta atual de Bolsonaro trata de legalizar a fraude nos contratos de trabalho. Não terá força para elevar o nível de emprego, favorecendo só o patronato, com a liberação da precarização no trabalho”, completa o economista.

Em outro tuíte, Pochmann compara: “Da União Europeia vem a posição oficial de que o trabalhador de aplicativo deva ser compreendido como empregado, portanto sindicalizável. Já no Brasil, o Governo Bolsonaro trata da liberalização do patronato para substituir a relação salarial pela relação crédito-débito.”

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 17 de dezembro.

Aprovado salário-maternidade à trabalhadora grávida na pandemia

O Plenário aprovou nesta quinta-feira (16) projeto que garante o pagamento de salário-maternidade às trabalhadoras grávidas que não puderem fazer trabalho a distância.

O PL 2.058/2021 disciplina o trabalho das gestantes não imunizadas contra o coronavírus, quando a atividade não puder ser feita a distância.

A autoria é do deputado federal Tiago Dimas (Solidariedade-TO). O relator foi Luis Carlos Heinze (PP-RS), que defendeu o pagamento do salário-maternidade, por considerar que os empregadores podem deixar de contratar mulheres jovens, temendo que fiquem grávidas.

O texto afirma que a gravidez será considerada de risco até a imunização e a gestante terá direito ao salário-maternidade, pago pela Previdência, do início do afastamento até 120 dias após o parto. O empregador fica dispensado de pagar o salário. Se a trabalhadora retornar ao trabalho presencial antes do fim da gravidez, o empregador voltará a pagar o salário.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 17 de dezembro.